

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	45
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	46
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	47
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.397.784.793
Preferenciais	0
Total	1.397.784.793
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	2.906.173	2.850.067
1.01	Ativo Circulante	129.807	389.416
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	85.099	338.173
1.01.02	Aplicações Financeiras	8.932	20.699
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	8.932	20.699
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	8.932	20.699
1.01.03	Contas a Receber	32.896	27.579
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	32.827	27.579
1.01.03.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	69	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	902	721
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	902	721
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.549	2.071
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	429	173
1.01.08.03	Outros	429	173
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedor	24	24
1.01.08.03.02	Outros Créditos	405	149
1.02	Ativo Não Circulante	2.776.366	2.460.651
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	172.586	36.624
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	135.739	13.317
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	135.739	13.317
1.02.01.04	Contas a Receber	129	15
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	129	15
1.02.01.07	Tributos Diferidos	36.696	23.222
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	36.696	23.222
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	22	70
1.02.03	Imobilizado	14.204	17.640
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	488	504
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	13.716	17.136
1.02.04	Intangível	2.589.576	2.406.387
1.02.04.01	Intangíveis	2.589.576	2.406.387
1.02.04.01.02	Intangíveis	2.330.990	2.097.078
1.02.04.01.03	Intangível em andamento	258.586	309.309

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	2.906.173	2.850.067
2.01	Passivo Circulante	205.352	150.013
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.100	9.305
2.01.01.01	Obrigações Sociais	11.100	9.305
2.01.02	Fornecedores	38.800	28.159
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	38.800	28.159
2.01.03	Obrigações Fiscais	11.385	11.150
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.664	8.291
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	6.158	5.306
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	2.506	2.985
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.721	2.859
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	98.893	59.019
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	36.586	17.429
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	36.586	17.429
2.01.04.02	Debêntures	62.307	41.590
2.01.05	Outras Obrigações	30.442	36.085
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.196	6.022
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	4.196	6.022
2.01.05.02	Outros	26.246	30.063
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.908	1.884
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	2.574
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	4.424	5.653
2.01.05.02.06	Cauções Contratuais	11.370	12.788
2.01.05.02.07	Credores pela Concessão	1.264	1.251
2.01.05.02.08	Taxa de fiscalização	1.264	1.251
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar (CPC 06 (R2))	4.016	4.662
2.01.06	Provisões	14.732	6.295
2.01.06.02	Outras Provisões	14.732	6.295
2.01.06.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	14.732	6.295
2.02	Passivo Não Circulante	1.310.966	1.253.116
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.141.845	1.116.115
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	809.915	778.133
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	809.915	778.133
2.02.01.02	Debêntures	331.930	337.982
2.02.02	Outras Obrigações	10.198	12.604
2.02.02.02	Outros	10.198	12.604
2.02.02.02.04	Arrendamento mercantil a pagar (CPC 06 (R2))	10.198	12.604
2.02.04	Provisões	158.923	124.397
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	172	38
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	172	38
2.02.04.02	Outras Provisões	158.751	124.359
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	57.626	24.700
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	101.125	99.659
2.03	Patrimônio Líquido	1.389.855	1.446.938
2.03.01	Capital Social Realizado	1.348.386	1.409.086

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.03.01.01	Capital Social Subscrito	1.348.386	1.409.086
2.03.04	Reservas de Lucros	37.852	37.852
2.03.04.01	Reserva Legal	2.482	2.482
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	35.370	35.370
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	3.617	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	208.298	533.972	196.535	533.020
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-159.468	-398.407	-144.134	-387.349
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-67.335	-191.921	-55.870	-151.542
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-92.133	-206.486	-88.264	-235.807
3.03	Resultado Bruto	48.830	135.565	52.401	145.671
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.653	-16.684	-3.305	-9.905
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.655	-16.743	-3.744	-10.393
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-5.655	-16.743	-3.744	-8.822
3.04.02.02	Remuneração da Administração	0	0	0	-1.571
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2	59	439	488
3.04.04.03	Outras receitas / despesas operacionais, líquidas	2	59	439	488
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	43.177	118.881	49.096	135.766
3.06	Resultado Financeiro	-42.053	-109.147	-21.847	-54.452
3.06.01	Receitas Financeiras	3.014	6.606	1.936	1.720
3.06.01.01	Receitas Financeiras	3.014	6.606	1.936	1.720
3.06.02	Despesas Financeiras	-45.067	-115.753	-23.783	-56.172
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-45.032	-115.730	-23.744	-56.133
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	-35	-23	-39	-39
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.124	9.734	27.249	81.314
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-289	-1.520	-8.076	-24.900
3.08.01	Corrente	-6.413	-14.994	-8.218	-21.337
3.08.02	Diferido	6.124	13.474	142	-3.563
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	835	8.214	19.173	56.414
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	835	8.214	19.173	56.414
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,0006	0,0059	0,0138	0,0406

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	835	8.214	19.173	56.414
4.03	Resultado Abrangente do Período	835	8.214	19.173	56.414

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	128.112	116.673
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	202.242	186.159
6.01.01.01	Resultado do Exercício	8.214	56.414
6.01.01.02	Baixa de Ativo Permanente	1.163	0
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-13.474	3.563
6.01.01.06	Receita com Aplicações Financeiras Vinculadas	-2.673	-157
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias de Empréstimos	67.608	31.504
6.01.01.08	Juros e Variações Monetárias de Debêntures	36.680	16.053
6.01.01.10	Despesa / (Receitas) Financeira (valor presente)	7.520	5.641
6.01.01.11	Constituição (reversão) de Provisão Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	394	138
6.01.01.12	Constituição (reversão) de Provisão para Manutenção	31.488	11.927
6.01.01.13	Depreciações e Amortizações	65.322	61.076
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-74.130	-69.486
6.01.02.01	Contas a Receber	-5.248	-3.647
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes relacionadas	-69	-335
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	570	392
6.01.02.05	Impostos a recuperar	1.568	-192
6.01.02.06	Pagamento de Juros	-48.009	-38.064
6.01.02.07	Outros créditos	-256	-2
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social pagos	-13.260	-6.096
6.01.02.10	Outras contas a receber	-114	-3
6.01.02.11	Fornecedores	-26.066	-28.315
6.01.02.12	Contas a pagar - Partes relacionadas	281	1.797
6.01.02.13	Cauções Contratuais	433	467
6.01.02.14	Obrigações Sociais	1.795	2.290
6.01.02.15	Obrigações Fiscais	13.934	12.926
6.01.02.18	Credores pela Concessão / Taxa de Fiscalização	26	-72
6.01.02.19	Riscos Cíveis Trabalhistas, Fiscais e Regulatórios	-260	-116
6.01.02.20	Outras Contas a Pagar	545	-10.516
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-285.822	-203.455
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-69	-22
6.02.02	Adições ao Intangível	-176.022	-208.559
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-121.498	-3.655
6.02.04	Valor Resgatado das Aplicações Vnculadas	0	1.049
6.02.11	Aplicações Financeiras	11.767	7.732
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-95.364	336.718
6.03.01	Pagamento de Arrendamento Mercantil	-3.777	-5.679
6.03.02	Captações de Empréstimos	0	362.808
6.03.03	Pagamento de Empréstimos Principal	-8.815	0
6.03.04	Pagamento Debentures - Principal	-17.614	-8.150
6.03.05	Distribuição de juros sobre capital próprio	-1.884	-12.261
6.03.06	Pagamento de Dividendos	-2.574	0
6.03.20	Aumento de Capital / Devolução	-60.700	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-253.074	249.936

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	338.173	146.902
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	85.099	396.838

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.409.086	0	37.852	0	0	1.446.938
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.409.086	0	37.852	0	0	1.446.938
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-60.700	0	0	-4.597	0	-65.297
5.04.01	Aumentos de Capital	-60.700	0	0	0	0	-60.700
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-4.597	0	-4.597
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.214	0	8.214
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.214	0	8.214
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.348.386	0	37.852	3.617	0	1.389.855

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	1.348.386	60.700	0	-17.232	0	1.391.854
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	1.348.386	60.700	0	-17.232	0	1.391.854
5.04	Transações de Capital com os Sócios	60.700	-60.700	0	-7.000	0	-7.000
5.04.01	Aumentos de Capital	60.700	-60.700	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-7.000	0	-7.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	56.414	0	56.414
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	56.414	0	56.414
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	1.409.086	0	0	32.182	0	1.441.268

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	599.154	572.716
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	355.204	321.802
7.01.02	Outras Receitas	243.950	250.914
7.01.02.01	Receitas dos Serviços de Construção	206.486	235.807
7.01.02.02	Outras	3.484	3.876
7.01.02.03	Juros Capitalizados	33.980	11.231
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-317.079	-313.568
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-40.276	-31.482
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-13.687	-10.605
7.02.04	Outros	-263.116	-271.481
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-206.486	-235.807
7.02.04.02	Custo da Concessão	-23.471	-22.351
7.02.04.03	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-31.488	-11.927
7.02.04.04	Outros	-1.671	-1.396
7.03	Valor Adicionado Bruto	282.075	259.148
7.04	Retenções	-65.322	-61.076
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-65.322	-61.076
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	216.753	198.072
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.583	1.681
7.06.02	Receitas Financeiras	6.606	1.720
7.06.03	Outros	-23	-39
7.06.03.04	Outros	-23	-39
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	223.336	199.753
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	223.336	199.753
7.08.01	Pessoal	32.031	22.277
7.08.01.01	Remuneração Direta	24.354	16.593
7.08.01.02	Benefícios	6.169	4.662
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.508	1.022
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	32.647	53.074
7.08.02.01	Federais	14.843	36.933
7.08.02.03	Municipais	17.804	16.141
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	150.444	67.988
7.08.03.01	Juros	104.288	47.557
7.08.03.02	Aluguéis	971	789
7.08.03.03	Outras	45.185	19.642
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados BNDES	31.746	9.497
7.08.03.03.02	Juros Capitalizados Debentures	2.234	1.734
7.08.03.03.04	Outras Despesas Financeiras	11.205	8.411
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	8.214	56.414
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	4.597	-7.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.617	63.414

Comentário do Desempenho



ViaPaulista

Ribeirão Preto, 10 de novembro de 2021 - A ViaPaulista S.A. (“Sociedade”), sociedade do Grupo Arteris S.A., comenta seu resultado do terceiro trimestre de 2021, período encerrado em 30 de setembro de 2021. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais e estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações contábeis trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Sociedade declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) sobre as Informações Trimestrais da Companhia - ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2021.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado:

O volume do tráfego pedagiado no 3T21 foi de 17,12 milhões de veículos equivalentes, apresentando um aumento de 4,2%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior e em relação ao 2T21 houve um aumento de 9,4%. Em ambos períodos comparados, a variação se justifica pela retomada do tráfego decorrente a flexibilização das medidas de isolamento social devido a pandemia COVID-19.

Veículos Equivalentes (Mil)	3T21	2T21	3T20	Var % 3T21/2T21	Var % 3T21/3T20	9M21	9M20	Var % 9M21/9M20
ViaPaulista	17.115	15.648	16.419	9,4%	4,2%	48.121	44.881	7,2%
Leves	6.222	5.270	5.343	18,1%	16,5%	16.862	15.340	9,9%
Pesados	10.892	10.378	11.076	5,0%	-1,7%	31.259	29.540	5,8%

Receita Operacional Bruta:

A Sociedade obteve uma receita bruta total no 3T21 de R\$ 219,2 milhões, apresentando um aumento de R\$12,5 milhões quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Em relação ao 2T21, apresentou um aumento de 43,6 milhões ou 24,8%.

As principais variações são as que seguem:

- A receita de pedágio totalizou 126 milhões, apresentando um aumento de R\$8,7 milhões ou 7,4% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Em relação ao 2T21, apresentou um aumento de R\$10,4 milhões ou 9%, que é justificado conforme acima no tráfego pedagiado.

Comentário do Desempenho



ViaPaulista

- As receitas de obras do 3T21 apresentaram um aumento de R\$3,9 milhões ou 4,4% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, pelo início das obras de duplicação da SP 255. Em relação ao 2T21, apresentaram um aumento de R\$33,2 milhões ou 56,2%, devido ao início das obras de duplicação dos trechos do km 155 ao 170 e do km 48 ao 77. Vale ressaltar que, as receitas de obras são uma representação contábil, que a contrapartida está demonstrada na rubrica de Custo dos Serviços de Construção, eliminando seu efeito no resultado.

Custos e Despesas Operacionais:

Os custos e despesas totais no 3T21, excluído o efeito dos custos de construção, depreciação e amortização, aumentaram R\$11,6 milhões ou 30,4% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, variação justificada pelo aumento de *headcount* devido a internalização dos operadores de guinchos, serviços de conservação (pavimento, drenagem, revestimento vegetal) que no 3T20 fizeram parte das obras do Programa de Adequação Inicial (PAI) e no 3T21 está enquadrada como custos de conservação/manutenção e provisão de manutenção devido ao reajuste Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA das obras previstas.

Em relação ao 2T21, os custos e despesas aumentaram R\$5,2 milhões ou 11,7%, variação justificada principalmente pelo aumento do custo de provisão de manutenção em rodovias de R\$6,3 milhões devido a alteração na taxa de desconto passando de 5,908% para 4,81%.

EBITDA e EBITDA Ajustado (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization):

O EBITDA reduziu 5,2% e o EBITDA Ajustado aumentou 3,7% e no 3T21, em comparação ao mesmo período do ano anterior, e em relação ao 2T21 aumentaram 7% e 15,3% respectivamente, se justificando pelas variações de receitas e custos e despesas, previamente mencionadas.

Vale destacar que o EBITDA contempla a provisão para manutenção de rodovias, registrada em função da adoção do ICPC 01 e o EBITDA Ajustado é calculado a partir da reversão do efeito desta provisão.

Resultado Financeiro:

A Sociedade obteve um resultado financeiro líquido negativo de R\$42 milhões, em relação ao último trimestre apresentou um aumento de 36% . Quando comparado ao mesmo período do

Comentário do Desempenho



ViaPaulista

ano anterior, apresentou um aumento de 92,5%, justificado pelo impacto do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, base para cálculo do trimestre, no reconhecimento de juros e atualizações monetárias, aumentando as despesas com juros.

Lucro Líquido:

A Sociedade obteve lucro de R\$0,835 milhões no 3T21, apresentando redução de R\$18,3 milhões ou -95,6% em relação ao resultado do 3T20, e redução de R\$7,5 milhões ou 90% comparado ao último trimestre. A diminuição do lucro em comparação com o 3T20 e 2T21, estão justificadas pelas variações previamente apresentadas.

Endividamento:

A Sociedade encerrou o 3T21 com um endividamento bruto de R\$1.240,7 milhões, apresentando um aumento de R\$27,1 milhões em relação ao 2T21, e um aumento de R\$69,4 milhões em relação ao 3T20. O endividamento líquido, fechou em R\$1.011 milhões apresentando um aumento de R\$48,2 milhões em relação ao 2T21, e um aumento de R\$285,3 milhões em relação ao 3T20.

Em relação ao endividamento bruto, a variação é devido ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA base para o cálculo dos juros. Em relação ao endividamento líquido, acrescenta-se a redução do caixa e equivalente de caixa, que comparado ao mesmo período do ano anterior reduziu em 48,4% e em relação ao 2T21 reduziu 8,4%, redução justificada pelos resgates realizados para amortização de juros sobre financiamentos e principal de BNDES e juros sobre debêntures.

Investimentos:

No 3T21, a Sociedade investiu R\$64,3 milhões em ativos intangíveis e R\$ 84,3 milhões no mesmo período do ano anterior, essa redução no período é devido a conclusão da 1ª intervenção de pavimento do Trecho Existente e finalização do RBAM no trecho do PAI.

A Sociedade estima em 30 de setembro de 2021, o montante de R\$4,6 milhões (R\$4,3 milhões em 31 de dezembro de 2020) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$1,6 milhões (R\$1,5 milhões em 31 de dezembro de 2020) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

Comentário do Desempenho



ViaPaulista

Covid-19

Os impactos da pandemia da Covid-19 iniciada em meados de março de 2020 se estenderam até o período de 3T21, impactando diretamente o tráfego pedagiado. Durante todo esse período a Sociedade manteve e aprimorou diversas medidas mitigantes e de proteção que já haviam sido tomadas logo no início da pandemia:

- Manutenção do Comitê de crise específico para avaliar os impactos e medidas necessárias a serem tomadas;
- Manutenção da política de home office para todos os colaboradores em funções administrativas e com condições de atuar nessa modalidade;
- Manutenção do rodízio de colaboradores das áreas operacionais em que não é possível a adoção de home office, evitando-se a exposição do maior número de colaboradores possível;
- Suspensão de viagens nacionais e internacionais;
- Suspensão de reuniões externas e reuniões com terceiros dentro dos escritórios;
- Constante comunicação da liderança trazendo todos os novos desdobramentos a respeito de conscientização dos riscos, prevenção, medidas tomadas e orientações das autoridades;
- Atuação frente aos principais bancos a fim de preservar linhas de crédito e liquidez.

Considerações finais

As Informações financeiras intermediárias da Sociedade, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.



ANEXO 1 – TABELA Demonstração dos Resultados:

Veículos Equivalentes	3T21	2T21	3T20	Var% 3T21/2T21	Var% 3T21/3T20	9M21	9M20	Var% 9M21/9M20
ViaPaulista	17.115	15.648	16.376	9,4%	4,5%	48.121	44.795	7,4%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)								
	3T21	2T21	3T20	Var% 3T21/2T21	Var% 3T21/3T20	9M21	9M20	Var% 9M21/9M20
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	219.220	175.651	206.728	24,8%	6,0%	564.809	560.997	0,7%
Receitas de pedágio	126.093	115.677	117.356	9,0%	7,4%	355.204	321.802	10,4%
Receitas de obras	92.133	58.978	88.264	56,2%	4,4%	206.486	235.807	-12,4%
Receitas acessórias	994	996	1.108	-0,2%	-10,3%	3.119	3.388	-7,9%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(10.922)	(10.045)	(10.193)	8,7%	7,2%	(30.837)	(27.977)	10,2%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	208.298	165.606	196.535	25,8%	6,0%	533.972	533.020	0,2%
CUSTOS E DESPESAS	(141.758)	(103.420)	(126.323)	37,1%	12,2%	(349.769)	(336.178)	4,0%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(30.527)	(32.097)	(27.822)	-4,9%	9,7%	(95.280)	(78.583)	21,2%
Custo dos serv. de construção	(92.133)	(58.978)	(88.264)	56,2%	4,4%	(206.486)	(235.807)	-12,4%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(5.597)	(5.309)	(2.579)	5,4%	117,0%	(16.574)	(8.358)	98,3%
Remuneração da administração	-	-	(1.149)	-	-	-	(1.991)	-
Provisão para manutenção em rodovias	(13.503)	(7.220)	(6.948)	87,0%	94,3%	(31.488)	(11.927)	164,0%
Outras receitas operacionais, líquidas	2	184	439	-98,9%	-99,5%	59	488	-87,9%
EBITDA	66.540	62.186	70.212	7,0%	-5,2%	184.203	196.842	-6,4%
Margem EBITDA	31,9%	37,6%	35,7%	-14,9%	-10,6%	34,5%	36,9%	-6,6%
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(23.363)	(21.168)	(21.116)	10,4%	10,6%	(65.322)	(61.076)	7,0%
Depreciação de imobilizado	(57)	(28)	(19)	103,6%	202,8%	(113)	(55)	104,9%
Amortização do intangível	(20.893)	(19.910)	(18.915)	4,9%	10,5%	(60.381)	(54.922)	9,9%
Amortização do direito de uso	(2.413)	(1.230)	(2.182)	96,2%	10,6%	(4.828)	(6.099)	-20,8%
RESULTADO FINANCEIRO	(42.053)	(30.922)	(21.847)	36,0%	92,5%	(109.147)	(54.452)	100,4%
Receitas financeiras	3.014	2.078	1.936	45,0%	55,7%	6.606	1.720	284,1%
Despesas financeiras	(45.067)	(33.000)	(23.783)	36,6%	89,5%	(115.753)	(56.172)	106,1%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	1.124	10.096	27.249	-88,9%	-95,9%	9.734	81.314	-88,0%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(289)	(1.777)	(8.076)	-83,7%	-96,4%	(1.520)	(24.900)	-93,9%
Corrente	(6.413)	(5.630)	(8.218)	13,9%	-22,0%	(14.994)	(21.337)	-29,7%
Diferido	6.124	3.853	142	58,9%	4212,7%	13.474	(3.563)	-478,2%
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	835	8.319	19.173	-90,0%	-95,6%	8.214	56.414	-85,4%

EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)								
	3T21	2T21	3T20	Var% 3T21/2T21	Var% 3T21/3T20	9M21	9M20	Var% 1T20/Var% 2121/2020
EBITDA ¹	66.540	62.186	70.212	7,0%	-5,2%	184.203	196.842	-6,4%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	13.503	7.220	6.948	87,0%	94,3%	31.488	11.927	164,0%
EBITDA Ajustado ²	80.043	69.406	77.160	15,3%	3,7%	215.691	208.769	3,3%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICP 01.

A ViaPaulista S.A. é uma sociedade controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto registrada na CVM. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os websites ri.arteris.com.br e www.cvm.gov.br (neste acessar em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações”).

Notas Explicativas

VIAPAULISTA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ViaPaulista S.A. (“Sociedade” ou “ViaPaulista”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Imobiliários (CVM), domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, Km 312,2. Constituída em 22 de junho de 2017, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A..

A Arteris S.A. (“Controladora”) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos (i) a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil, (ii) o fundo Brookfield Aylesbury LLC, e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A.. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo o controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

A Arteris S.A. (“Controladora”) é uma Sociedade brasileira *holding* não financeira que possui o controle de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPE’s) atuante no setor de concessões rodoviárias. A Arteris S.A. (“Controladora”) e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo Arteris” e individualmente como “entidade do Grupo”).

A Sociedade iniciou suas operações em 22 de novembro de 2017, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP nº 0359-ARTESP - 2017, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 62.333 de 21 de dezembro de 2017, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 30 anos, a exploração do sistema Rodoviário referente ao Lote denominado Rodovias dos Calçados (Itaporanga – Franca) compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, as funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação, apoio na execução dos serviços não delegados considerados os serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a Sociedade.

2. CONCESSÃO

No trimestre de 01 de julho de 2021 a 30 de setembro de 2021 (“trimestre”) e no período de 01 de janeiro de 2021 a 30 de setembro de 2021 (“período”) não ocorreram mudanças na concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, exceto pelo mencionado a seguir:

Covid-19

Em atendimento ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020 a Sociedade analisou os efeitos do coronavírus nas informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2021, face a situação adversa decorrente da pandemia do COVID-19, a Sociedade adotou diversas medidas e protocolos no sentido de preservar a integridade, saúde e a segurança de todos os seus colaboradores usuários e demais *stakeholders*, além de assegurar a continuidade dos serviços públicos prestados.

Em virtude do reconhecimento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, este ainda sem revogação expressa, o Governo Federal, através do Ministério da Economia, implementou medidas tributárias e não tributárias com fito de preservação do fluxo de caixa das companhias brasileiras.

A Sociedade adotou durante o exercício de 2020 estes benefícios previstos nas medidas tributária e não tributárias implementadas pela União, através do diferimento de tributos - Portaria nº 139/2020 e Portaria nº 245/2020, ambas sem revogação, contudo, os prazos de diferimentos não foram postergados e do FGTS - Medida Provisória nº

Notas Explicativas

927/2020 revogada, além da redução das alíquotas do sistema S na determinação das contribuições parafiscais destinadas a outras entidades - Medida Provisória nº 932/2020 (convertida em Lei 14.025/2020), além de medidas como concessão de férias antecipadas, postergação do pagamento da remuneração de férias e abono pecuniário de férias. A Sociedade, de modo complementar, implementou também a suspensão do contrato de trabalho, conforme previsto na Lei nº 14.020/2020 (conversão da Medida Provisória 936/2020), dos empregados considerados como grupo de risco do COVID-19, e que não conseguiram permanecer atuando em suas respectivas funções, integrando-os ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda.

Em 07 de maio de 2021 a Sociedade aderiu diante da publicação da Medida Provisória 1.046/2021 publicada em 28 de abril de 2021 ao diferimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e os recolhimentos dos FGTS de todos os colaboradores referente aos meses de abril, maio, junho e julho de 2021 terão seus vencimentos postergados e serão depositados a partir de setembro a dezembro de 2021.

Ressalta-se, por fim, que as medidas mencionadas referente ao exercício de 2021, foram aplicadas para o período findo em 30 de setembro de 2021, porém a Sociedade está atenta a qualquer nova medida, estas serão analisadas e a adoção implementada caso a Administração julgue relevante.

3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis da ViaPaulista S.A. do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (última demonstração contábil anual). As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Contudo, as informações contábeis intermediárias contêm notas explicativas que detalham os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Sociedade desde a sua última demonstração contábil anual.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi aprovada pelo Conselho de Administração em 10 de novembro de 2021.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Sociedade durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração financeira anual.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias são as mesmas que as aplicadas na última demonstração financeira anual.

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Sociedade não adotou essas normas na preparação destas informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas informações contábeis intermediárias:

- (a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- (b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06);
- (c) Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06);
- (d) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- (e) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15);
- (f) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do período ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Caixa e contas bancárias	1.563	2.547
Fundos de investimentos*	83.536	335.626
Total	<u>85.099</u>	<u>338.173</u>

<u>Aplicações financeiras</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Fundos de investimentos**	8.932	20.699
Total	<u>8.932</u>	<u>20.699</u>

* Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 97,70% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (73,90% em 31 de dezembro de 2020). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

** As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30.09.2021</u>		<u>31.12.2020</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber	29.960	-	24.212	-
Cupons de pedágio a receber	275	-	292	-
Cartões de pedágio a receber	200	-	97	-
Receitas acessórias a receber (a)	2.390	-	2.977	-
Outras receitas a receber	2	129	1	15
Total	<u>32.827</u>	<u>129</u>	<u>27.579</u>	<u>15</u>

- (a) Receitas acessórias referente ao uso da faixa de domínio, sendo os de maior relevância receitas de fibras óticas e oleodutos.

Notas Explicativas

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perda com recebíveis em 30 de setembro de 2021. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária.

Cronograma de recebimento:

	30.09.2021		31.12.2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	32.827	129	27.579	15
	<u>32.827</u>	<u>129</u>	<u>27.579</u>	<u>15</u>

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referente aos trimestres findos em 30 de setembro de 2021 e de 2020 é como segue:

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	1.124	9.734	27.249	81.314
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(382)	(3.310)	(9.265)	(27.647)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	-	1.563	1.052	2.380
Outras diferenças permanentes	93	227	137	367
Total	<u>(289)</u>	<u>(1.520)</u>	<u>(8.076)</u>	<u>(24.900)</u>
Imposto Contabilizado	(289)	(1.520)	(8.076)	(24.900)
Créditos de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(6.413)	(14.994)	(8.218)	(21.337)
Diferido	6.124	13.474	142	(3.563)
	<u>(289)</u>	<u>(1.520)</u>	<u>(8.076)</u>	<u>(24.900)</u>
Alíquota efetiva de impostos	(26%)	(16%)	(30%)	(31%)

b) Imposto de renda e a contribuição social diferidos

Saldo patrimonial está representado por:

Notas Explicativas

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	30.09.2021	31.12.2020
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Provisão de participação nos lucros	2.657	2.542
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	172	38
Outras provisões	878	1.847
Provisão para manutenção de rodovias	57.626	24.700
Amortização acumulada de obras futuras	7.555	5.222
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	25.356	20.255
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	13.187	13.565
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	498	131
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	107.929	68.300
Alíquota nominal	34%	34%
Total	36.696	23.222
Total do imposto de renda e contribuição social	36.696	23.222

Movimentos de resultado estão representados por:

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo fiscal	-	-	(10.553)	(27.402)
Provisão de participação nos lucros	902	115	635	(595)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	76	134	30	22
Outras provisões	353	(969)	1.039	(1.835)
Provisão para manutenção de rodovias	14.192	32.926	7.086	12.350
Amortização acumulada de obras futuras	792	2.333	757	2.436
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	1.722	5.101	1.615	5.104
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	(126)	(378)	(126)	(374)
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	100	367	(65)	(185)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	18.011	39.629	418	(10.479)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Total	6.124	13.474	142	(3.563)
Total do imposto de renda e contribuição social	6.124	13.474	142	(3.563)

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, trazidos a valor presente, estão fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade manterá aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a financiamentos.

A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

As receitas auferidas pela Sociedade, deverão ser vertidas para conta bancária centralizadora e seguir as destinações previstas no Contrato de Administração de Contas, respeitando os percentuais e prazos lá estipulados.

Notas Explicativas

Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva.

A Sociedade deve manter depositada em conta pagamentos de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente para o pagamento da próxima parcela vincenda; na conta reserva, deverão ser mantidas parcelas vincendas nos 03 (três) meses subsequentes, caso o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) esteja igual ou superior a 1,3 (um inteiro e três décimos) ou até que seja medido o ICSD pela primeira vez; ou parcelas vincendas nos 04 (quatro) meses subsequentes, caso o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) esteja menor do que 1,3 (um inteiro e três décimos) e igual ou superior a 1,2 (um inteiro e dois décimos); ou parcelas vincendas nos 05 (cinco) meses subsequentes, caso o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) esteja menor do que 1,2 (um inteiro e dois décimos) e igual ou superior a 1,1 (um inteiro e um décimo).

Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

Assim que o montante esteja disponível na conta livre, deverá ser transferido para a conta Conserva Especial, o montante referente ao que for maior entre o valor equivalente a (i) 75% (setenta e cinco por cento) da Provisão para Conservação Especial ou Manutenção; ou (ii) a 75% (setenta e cinco por cento) dos valores indicados para cada ano na tabela que consta no contrato de financiamento com o BNDES, corrigidos pelo IPCA.

O saldo aplicado em conta vinculada em 30 de setembro de 2021 é de R\$135.739 (R\$13.317 em 31 de dezembro de 2020), com as respectivas taxas de rentabilidade 94,30% e 80,30% em relação ao CDI.

9. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>				
Saldo em 31.12.2020	22	415	150	587
Adições	2	67	-	69
Saldo em 30.09.2021	<u>24</u>	<u>482</u>	<u>150</u>	<u>656</u>
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldo em 31.12.2020	(2)	(65)	(16)	(83)
Depreciações	(2)	(71)	(12)	(85)
Saldo em 30.09.2021	<u>(4)</u>	<u>(136)</u>	<u>(28)</u>	<u>(168)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>				
Saldo em 31.12.2020	20	350	134	504
Saldo em 30.09.2021	20	346	122	488
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	10%	
	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>				
Saldo em 31.12.2019	18	276	150	444
Adições	-	22	-	22
Saldo em 30.09.2020	<u>18</u>	<u>298</u>	<u>150</u>	<u>466</u>
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldo em 31.12.2019	-	(8)	(1)	(9)
Depreciações	-	(44)	(11)	(55)
Saldo em 30.09.2020	<u>-</u>	<u>(52)</u>	<u>(12)</u>	<u>(64)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>				
Saldo em 31.12.2019	18	268	149	435

Notas Explicativas

Saldo em 30.09.2020	18	246	138	402
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	10%	

Notas Explicativas**10. DIREITO DE USO**

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Total
Custo direito de uso						
Saldo em 31.12.2020	15.210	2.098	376	637	90	18.411
Adições	160	-	8	-	55	223
Baixas	-	-	-	-	(95)	(95)
Saldo em 30.09.2021	<u>15.370</u>	<u>2.098</u>	<u>384</u>	<u>637</u>	<u>50</u>	<u>18.539</u>
Amortização acumulada						
Saldo em 31.12.2020	(553)	(524)	(44)	(75)	(79)	(1.275)
Amortização	(2.265)	(787)	(204)	(337)	(50)	(3.643)
Baixa	-	-	-	-	95	95
Saldo em 30.09.2021	<u>(2.818)</u>	<u>(1.311)</u>	<u>(248)</u>	<u>(412)</u>	<u>(34)</u>	<u>(4.823)</u>
Direito de uso líquido						
Saldo em 31.12.2020	14.657	1.574	332	562	11	17.136
Saldo em 30.09.2021	12.552	787	136	225	16	13.716
Taxas de amortização - a.a.	20%	50%	50%	50%	75%	
	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Total
Custo direito de uso						
Saldo em 31.12.2019	7.613	1.344	434	570	69	10.030
Adições	1.671	2.098	122	136	4	4.031
Saldo em 30.09.2020	<u>9.284</u>	<u>3.442</u>	<u>556</u>	<u>706</u>	<u>73</u>	<u>14.061</u>
Amortização acumulada						
Saldo em 31.12.2019	(4.171)	(800)	(271)	(307)	(35)	(5.584)
Amortização	(4.565)	(820)	(285)	(399)	(30)	(6.099)
Saldo em 30.09.2020	<u>(8.736)</u>	<u>(1.620)</u>	<u>(556)</u>	<u>(706)</u>	<u>(65)</u>	<u>(11.683)</u>
Direito de uso líquido						
Saldo em 31.12.2019	3.442	544	163	263	34	4.446

Notas Explicativas

Saldo em 30.09.2020	548	1.822	-	-	8	2.378
Taxas de amortização - a.a.	45%	40%	48%	49%	49%	

- (a) Refere-se à locação de guinchos para operação na rodovia.
 (b) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
 (c) Refere-se à locação de veículos administrativos.
 (d) Refere-se à locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.
 (e) Refere-se à locação de computadores e impressoras.

11. INTANGÍVEL E INTANGÍVEL EM ANDAMENTO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Intangível em andamento (c)	Total
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2020	710.870	1.501.574	1.440	23	2.213.907	309.309	2.523.216
Adições	78.160	-	701	284	79.145	166.801	245.946
Transferências/reclassificações	217.831	-	-	(307)	217.524	(217.524)	-
Alienações/baixas	<u>(1.250)</u>	-	-	-	(1.250)	-	(1.250)
Saldo em 30.09.2021	<u>1.005.611</u>	<u>1.501.574</u>	<u>2.141</u>	<u>-</u>	2.509.326	<u>258.586</u>	2.767.912
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2020	(33.821)	(82.914)	(94)	-	(116.829)	-	(116.829)
Amortizações	(21.926)	(39.529)	(139)	-	(61.594)	-	(61.594)
Alienações/baixas	87	-	-	-	87	-	87
Saldo em 30.09.2021	<u>(55.660)</u>	<u>(122.443)</u>	<u>(233)</u>	<u>-</u>	(178.336)	<u>-</u>	(178.336)
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2020	677.049	1.418.660	1.346	23	2.097.078	309.309	2.406.387
Saldo em 30.09.2021	949.951	1.379.131	1.908	-	2.330.990	258.586	2.589.576
Taxas de amortização - a.a. (d)	4%	3%	20%				

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Intangível em andamento (c)	Total
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2019	474.389	1.501.574	559	2	1.976.524	205.748	2.182.272
Adições	52.730	-	825	257	53.812	171.399	225.211
Transferências/reclassificações	147.330	-	56	(241)	147.145	(147.145)	-
Saldo em 30.09.2020	<u>674.449</u>	<u>1.501.574</u>	<u>1.440</u>	<u>18</u>	<u>2.177.481</u>	<u>230.002</u>	<u>2.407.483</u>
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2019	(11.992)	(30.617)	(7)	-	(42.616)	-	(42.616)
Amortizações/Reversões	<u>(15.758)</u>	<u>(39.120)</u>	<u>(44)</u>	-	<u>(54.922)</u>	-	<u>(54.922)</u>
Saldo em 30.09.2020	<u>(27.750)</u>	<u>(69.737)</u>	<u>(51)</u>	-	<u>(97.538)</u>	-	<u>(97.538)</u>
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2019	462.397	1.470.957	552	2	1.933.908	205.748	2.139.656
Saldo em 30.09.2020	646.699	1.431.837	1.389	18	2.079.943	230.002	2.309.945
Taxas de amortização - a.a. (d)	4%	3%	20%				

Notas Explicativas

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente no reconhecimento inicial. Vide nota explicativa nº 18.
- (c) Intangível em andamento, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Sociedade é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. Sendo como principais natureza duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros.
- (d) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2021, a Sociedade complementou no montante de R\$33.980 (R\$11.232 em 30 de setembro de 2020) o valor justo dos intangíveis e intangíveis em andamento tomando como base os custos de financiamento e debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação ao valor dos principais das dívidas, em 2021 foi de 24,58% e em 2020 19,11%, do total de juros provisionados no período, vide nota 12 e 13. Para os trimestres findos em 30 de setembro de 2021 e de 2020 a Sociedade avaliou e concluiu que não há indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização.

Análise de impairment

A Administração vem acompanhando as projeções com o realizado de 30 de setembro de 2021 e concluiu que não possui qualquer indicativo para a constituição de provisão de *impairment*.

A Administração preparou projeções de fluxo de caixa descontado da Sociedade, classificada como UGC em operação em 31 de dezembro de 2020 e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis, não identificando indicadores que pudessem gerar a necessidade de uma nova projeção, uma vez que as premissas se mantiveram as mesmas.

Para as análises de *impairment*, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto - PIB e à sua elasticidade, custos operacionais, inflação, período de projeto da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

12. FINANCIAMENTOS

A composição dos financiamentos é como segue:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	30.09.2021	31.12.2020
Financiamento de investimentos (BNDES)	IPCA+6,42% a.a.	set-45	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	882.843	832.598
				<u>882.843</u>	<u>832.598</u>
			Custo de transação	<u>(36.342)</u>	<u>(37.036)</u>
			Total Geral	<u>846.501</u>	<u>795.562</u>
			Circulante	36.586	17.429
			Não circulante	809.915	778.133
			Total	846.501	795.562

Notas Explicativas

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda nacional	30.09.2021			30.09.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	18.927	813.671	832.598	1.091	441.141	442.232
Captações/Renovações	-	-	-	-	362.808	362.808
Juros provisionados	60.242	39.112	99.354	39.805	1.196	41.001
Amortização de principal	(8.815)	-	(8.815)	-	-	-
Pagamento de juros	(40.294)	-	(40.294)	(30.521)	-	(30.521)
Transferência	8.043	(8.043)	-	-	-	-
	<u>38.103</u>	<u>844.740</u>	<u>882.843</u>	<u>10.375</u>	<u>805.145</u>	<u>815.520</u>
Custo de transação	(1.517)	(34.825)	(36.342)	(1.478)	(35.440)	(36.918)
Saldo final	<u>36.586</u>	<u>809.915</u>	<u>846.501</u>	<u>8.897</u>	<u>769.705</u>	<u>778.602</u>

O valor justo dos financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamentos específicas.

Em 30 de setembro de 2021, as parcelas de longo prazo relativas aos financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2022	8.927
2023	35.708
2024	36.260
2025	36.812
Após 2026	727.033
Total	<u>844.740</u>

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. As principais são:

- 1) Não conceder mútuos a quaisquer empresas integrantes de seu Grupo Econômico sem a prévia e expressa autorização do BNDES;
- 2) Não realizar, sem prévia anuência do BNDES, a distribuição de dividendos ou o pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o percentual de que trata o § 2º do art. 202 da Lei nº 6.404/76, salvo se estejam, cumulativamente, atingidos requisitos expostos no inciso XXXII da cláusula 10 do Contrato de Financiamento com o BNDES, entre eles:
 - i. o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) esteja maior ou igual a 1,3 com base nas demonstrações contábeis revisadas do últimos 04 (quatro) períodos trimestrais, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da
Atividade

Serviço da Dívida

EBITDA- *Earnings before Interest, Taxes,
Depreciation and Amortization*

Notas Explicativas

(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais (*)

(*) Para as informações contábeis intermediárias do trimestre findo de 30 de setembro de 2021 não existem saldos considerados como outras despesas e receitas não operacionais.

ii. A relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20% (vinte por cento).

3) Não reduzir o capital social da Sociedade:

- i. Para patamar abaixo de R\$ 1.348.385 (um bilhão, trezentos e quarenta e oito milhões, trezentos e oitenta e cinco mil) sem a prévia anuência do BNDES;
- ii. Para patamar acima de R\$ 1.348.385 (um bilhão, trezentos e quarenta e oito milhões, trezentos e oitenta e cinco mil), a não ser cumpridos os requisitos elencados no contrato de financiamento, caso em que independerá de anuência prévia do BNDES.

A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das informações contábeis intermediárias.

13. DEBÊNTURES

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	30.09.2021	31.12.2020
2ª emissão - série única	400.000	IPCA + 3,9407% a.a.	jun-27	403.941	390.356
				<u>403.941</u>	<u>390.356</u>
			Custo de transação	<u>(10.126)</u>	<u>(10.784)</u>
			Total	393.815	379.572
			Circulante	62.307	41.590
			Não circulante	<u>331.930</u>	<u>337.982</u>
			Total	394.237	379.572

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	30.09.2021			30.09.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	43.260	347.096	390.356	25.068	373.069	398.137
Juros provisionados	18.074	20.840	38.914	12.306	5.481	17.787
Amortização de principal	(17.614)	-	(17.614)	(8.150)	-	(8.150)
Pagamento de juros	(7.715)	-	(7.715)	(7.543)	-	(7.543)
Transferências	28.000	(28.000)	-	16.000	(16.000)	-
	<u>64.005</u>	<u>339.936</u>	<u>403.941</u>	<u>37.681</u>	<u>362.550</u>	<u>400.231</u>
Custo de transação	(1.698)	(8.006)	(9.704)	(1.114)	(6.359)	(7.473)

Notas Explicativas

Saldo final	<u>62.307</u>	<u>331.930</u>	<u>394.237</u>	<u>36.567</u>	<u>356.191</u>	<u>392.758</u>
-------------	---------------	----------------	----------------	---------------	----------------	----------------

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
2ª emissão - série única	15.06.2019	400.000	1.000	18.06.2019	400.000.000
		<u>400.000</u>			<u>400.000.000</u>

Em 30 de setembro de 2021, as parcelas de longo prazo apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2022	18.254
2023	77.580
2024	86.707
2025	61.608
Após 2026	<u>95.787</u>
	<u>339.936</u>

As debêntures são garantidas por fiança integral e solidária da Arteris S.A.

As escrituras da 2ª emissão da Sociedade possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Sendo as principais elencadas a seguir:

Não realizar distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando:

- (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA- <i>Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais (*)

(*) Para as informações contábeis intermediárias do trimestre findo de 30 de setembro de 2021 não existem saldos considerados como outras despesas e receitas não operacionais.

- (b) a relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20% (vinte por cento).

Notas Explicativas

- (c) A Arteris S.A na condição de fiadora, deve apresentar trimestralmente, índice de alavancagem consolidado menor ou igual a 4,5, o qual é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Alavancagem} = \frac{\text{Dívida Líquida}}{(\text{EBITDA Ajustado} - \text{Ônus fixo pago})}$$

Onde:

- i. Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debentures menos todas as disponibilidades.
- ii. EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice
- iii. Ônus Fixo Pago = a soma dos pagamentos dos últimos 12 (doze) meses realizados ao Poder Concedente referentes ao direito de outorga fixo, deduzidos os pagamentos realizados ao poder concedente no âmbito da Rodovia dos Calçados e pagamentos realizados ao poder concedente no âmbito de leilões de novas licitações.

A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das informações contábeis intermediárias.

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 30 de setembro de 2021, o saldo no passivo circulante de R\$38.800 (R\$28.159 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a passivos junto fornecedores e prestadores de serviços relacionados principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. O saldo de R\$11.370 (R\$12.788 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	30.09.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	4.662	12.604	17.266	4.233	370	4.603
Adições	223	-	223	-	20.299	20.299
Utilização (*)	(4.254)	-	(4.254)	(8.068)	-	(8.068)
Ajuste a valor presente - AVP	979	-	979	432	-	432
Transferência	2.406	(2.406)	-	8.065	(8.065)	-
	<u>4.016</u>	<u>10.198</u>	<u>14.214</u>	<u>4.662</u>	<u>12.604</u>	<u>17.266</u>

Em 30 de setembro de 2021, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2022	735
2023	3.095
2024	3.356

Notas Explicativas

2025	<u>3.012</u>
	<u><u>10.198</u></u>

Em 30 de setembro de 2021, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos é como segue:

	30.09.2021	31.12.2020	
	Contratos de baixo valor (de até R\$5)	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Outros	15	8	16
	<u>15</u>	<u>8</u>	<u>16</u>

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no trimestre findo em 30 de setembro de 2021, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$3.777.

Os impostos incidentes no período findo em 30 de setembro de 2021 são respectivamente R\$47 e R\$218 para PIS e Cofins.

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021 a taxa média é de 8,42% a.a. (8,42% a.a. em 31 de dezembro de 2020). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da companhia excluídos os financiamentos do BNDES.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e demais partes relacionadas são relativas a serviços de controle de qualidade, direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária e rateios de despesas administrativas.

Os saldos em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e as transações realizadas em 30 de setembro de 2021 e de 2020 com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Intervias S.A.	69	-
Contas a receber de partes relacionadas circulante	<u>69</u>	<u>-</u>
Total parte relacionada no ativo circulante	<u>69</u>	<u>-</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	4.109	5.899
Vianorte S.A. (d)	-	59
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	87	64
Passivos com partes relacionadas circulante	<u>4.196</u>	<u>6.022</u>
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.- controladora(c)	3.908	1.884

Notas Explicativas

Total dos juros sobre capital próprio a pagar	3.908	1.884
Dividendos a pagar:		
Arteris S.A.- controladora(e)	-	2.574
Total dos dividendos a pagar	-	2.574
Total do passivo circulante	8.104	10.480

	Período	
	30.09.2021	30.09.2020
<u>Contas de Resultado:</u>	Despesas gerais (a)	Despesas gerais (a)
<u>Controladora</u>		
Arteris S.A.	(11.233)	(6.275)
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Autovias S.A.	(2)	(288)
Centrovias S.A.	-	(2)
Intervias S.A.	61	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(87)	(139)
Total	<u>(11.261)</u>	<u>(6.704)</u>

	Trimestre	
	30.09.2021	30.09.2020
<u>Contas de Resultado:</u>	Despesas gerais (a)	Despesas gerais (a)
<u>Controladora</u>		
Arteris S.A.	(4.240)	(2.190)
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Autovias S.A.	-	(30)
Intervias S.A.	10	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(35)	(26)
Total	<u>(4.265)</u>	<u>(2.246)</u>

- (a) Referem-se a despesas administrativas pagas por outras partes relacionadas, que serão reembolsadas, como por exemplo aluguel, gastos corporativos com a Sociedade, dentre outras, com vencimento médio de 45 dias e são remuneradas a preço de custo.
- (b) Refere-se a serviços de controle de qualidade direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, com regime de contratação por preço contratual, fixo e reajustes conforme variação do índice IPCA para cada nova vigência contratual, vigência de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.
- (c) Saldo a pagar de juros sobre o capital próprio conforme nota explicativa 20.
- (d) Refere-se a aquisição de imobilizado.
- (e) Saldo a pagar de dividendos conforme nota explicativa 20.

Notas Explicativas

Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção de Rodovias realizou serviços de controle de qualidade nas rodovias da Sociedade, registradas no intangível da Sociedade no valor de R\$739, no trimestre findo em 30 de setembro de 2021 com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do trimestre findo de 30 de setembro de 2021, a Sociedade reconheceu o montante de R\$885 (R\$1.084 em 30 de setembro de 2020) a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, adicionado de R\$1.977 relativo ao rateio da Holding (R\$1.636 em 30 de setembro de 2020), que totaliza R\$2.862 (R\$2.720 em 30 de setembro de 2020), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2021, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$1.500. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas.

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme a mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados na rubrica “Obrigações sociais” em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, são de R\$2.657 e de R\$2.542, respectivamente.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

18. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos a ARTESP pela outorga da concessão.

Em 10 de outubro de 2017 foi pago o valor de R\$1.039.903 referente ao valor do ágio ofertado corrigido. Nesta mesma data foi paga a primeira parcela da outorga fixa no valor de R\$237.326, equivalente ao valor corrigido de 50% do valor da outorga fixa mínima total, estipulado em R\$450.968. Com o advento da Transferência do Sistema Remanescente da Autovias para a ViaPaulista, como rege o anexo 20 do Contrato de Concessão, em 04 de julho de 2019, foi realizado o pagamento da 2ª e última parcela da Outorga Fixa no valor de R\$248.463 ao Poder Concedente, ocorrendo uma reversão do montante provisionado de R\$594 devido a utilização do conceito para o cálculo das atualizações mensais aplicado pela Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP ter sido diferente ao do provisionamento.

Além disso, no terceiro trimestre de 2021, foi pago o valor de R\$21.476 referente às parcelas da Outorga Variável e Taxa de Fiscalização apuradas durante o período.

Notas Explicativas

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

Circulante	Valor presente		Valor real em (*)	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Parcela variável (a)	1.264	1.251	1.264	1.251
Total	<u>1.264</u>	<u>1.251</u>	<u>1.264</u>	<u>1.251</u>

(*) Valores reais inseridos somente como informação adicional

(a) Valor variável correspondente a 3,0% da receita bruta de pedágio mensal.

O montante a pagar de R\$1.264 é correspondente ao cálculo de setembro de 2021.

Segue com posição do saldo de direito de outorga da concessão:

Valor do ágio ofertado corrido (10 de outubro de 2017)	1.039.903
1ª. parcela da outorga fixa (10 de outubro de 2017)	237.326
2ª. parcela da outorga fixa (04 de julho de 2019)	225.484 (*)
Correção monetária sobre a 2ª. parcela da outorga fixa (março/16 a outubro/17)	13.220 (*)
Direito de outorga da concessão bruto (Ativo intangível)	<u>1.515.933</u>
(-) AVP	<u>(14.358)</u>
Direito de outorga da concessão líquido (Ativo intangível)	<u>1.501.575</u>
Correção da dívida a partir do início da concessão (novembro/17 a outubro/18)	<u>9.759 (*)</u>

(*) Refere-se à somatória do total da 2ª. parcela da outorga fixa de R\$248.463.

19. PROVISÕES

(a) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2021 e de 2020 é conforme segue:

	31.12.2020	Adições	Reversões	Pagamentos	30.09.2021
Cíveis	38	493	(198)	(234)	99
Trabalhistas	-	34	-	(26)	8
Regulatório	-	65	-	-	65
Total	<u>38</u>	<u>592</u>	<u>(198)</u>	<u>(260)</u>	<u>172</u>

	31.12.2019	Adições	Reversões	Pagamentos	30.09.2020
Cíveis	8	204	(66)	(116)	30
Total	<u>8</u>	<u>204</u>	<u>(66)</u>	<u>(116)</u>	<u>30</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

Possíveis	30.09.2021	31.12.2020
Cíveis (*)	245	162
Trabalhistas	18	29
Fiscal	347	-

Notas Explicativas

Total	610	191
-------	-----	-----

(*) Os processos possíveis classificados como cíveis decorrem em sua maioria da operação da rodovia, os principais tratam de ações referentes a acessos a rodovia, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc.

(b) Provisão para investimentos

A provisão para investimentos é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados de gastos na construção e melhorias de rodovias até o final da concessão, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 6,40% a.a.

(c) Provisão para manutenção

A provisão de manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 4,81% a.a., considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 5 anos.

A movimentação do saldo da provisão de investimentos e para manutenção durante os trimestres findos em 30 de setembro de 2021 e de 2020 é conforme segue:

	Circulante	Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2020	6.295	99.659	24.700	105.954	24.700
Adições/Reversões	-	4.800	31.488	4.800	31.488
Ajuste a valor presente	-	5.103	1.438	5.103	1.438
Transferências	8.437	(8.437)	-	-	-
Saldo em 30.09.2021	14.732	101.125	57.626	115.857	57.626

	Circulante	Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2019	9.395	112.551	5.421	121.946	5.421
Adições/Reversões	-	(22.725)	11.927	(22.725)	11.927
Ajuste a valor presente	-	5.104	423	5.104	423
Transferências	(4.483)	4.483	-	-	-
Saldo em 30.09.2020	4.912	99.413	17.771	104.325	17.771

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito em 30 de setembro de 2021 é de R\$1.348.386 (R\$1.409.086 em 31 de dezembro de 2020), composto por 1.397.784.793 (1.397.784.793 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$1.348.386 (R\$1.409.086 em 31 de dezembro de 2020).

A Arteris realizou até 31 de dezembro de 2019, adiantamento para futuro aumento de capital “AFAC” no valor de R\$60.700, mediante aportes com objetivo de suprir as necessidades de caixa da ViaPaulista. Em 24 de janeiro de

Notas Explicativas

2020 foi aprovado o aumento de capital da Sociedade no valor de R\$60.700 (sessenta milhões e setecentos mil reais), mediante a emissão de 58.932.039 (cinquenta e oito milhões, novecentos e trinta e duas mil e trinta e nove) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,03.

Em 22 de fevereiro de 2021 foi realizado o pagamento de R\$60.700 referente a restituição de capital ao acionista da Sociedade, aprovada em 10 de dezembro de 2020, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76.

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 25% do lucro líquido do exercício ou 25% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

No período findo em 30 de setembro de 2021, a Sociedade distribuiu dividendos antecipados sob a forma de juros sobre o capital próprio, o qual incide Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF. A distribuição de juros sobre capital próprio, foi aprovada em AGE, com a presença dos acionistas representantes da totalidade das ações de emissão da Sociedade, tendo sua ata emitida na data de 30 de junho de 2021, conforme segue:

<u>Período</u>	<u>Aprovação</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Valor Bruto</u>	<u>Valor IR (15%)</u>	<u>Valor Líquido</u>
30.06.2021	30.06.2021	20.09.2021	4.597	690	3.907
			<u>4.597</u>	<u>690</u>	<u>3.907</u>

A Sociedade pagou no dia 22 de fevereiro de 2021, juros sobre o capital próprio referente ao resultado apurado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 2.216, o qual incidiu a quantia de R\$332, devido ao Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, sendo o montante líquido de R\$1.884.

21. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

<u>30.09.2021</u>		<u>30.09.2020</u>	
Trimestre	Período	Trimestre	Período

Notas Explicativas

Receita de serviços prestados	126.093	355.204	117.356	321.802
Receita de serviços de construção	92.133	206.486	88.264	235.807
Outras receitas	994	3.119	1.108	3.388
Receita bruta	219.220	564.809	206.728	560.997
ISSQN	(6.267)	(17.717)	(5.864)	(16.087)
PIS	(826)	(2.329)	(770)	(2.114)
COFINS	(3.812)	(10.748)	(3.554)	(9.755)
Outras deduções	(17)	(43)	(5)	(21)
Receita líquida	208.298	533.972	196.535	533.020

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Com pessoal	(7.408)	(21.678)	(6.021)	(16.683)
Serviços de terceiros	(5.531)	(16.702)	(6.064)	(18.446)
Conservação	(6.330)	(23.700)	(4.641)	(13.197)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(552)	(2.011)	(587)	(1.509)
Consumo	(1.277)	(3.552)	(994)	(2.878)
Transportes	(1.413)	(4.032)	(989)	(3.063)
Verba de fiscalização	(3.813)	(10.751)	(3.554)	(9.756)
Seguros / Garantias	(349)	(1.969)	(1.033)	(2.839)
Ônus variável	(3.813)	(10.751)	(3.554)	(9.756)
Provisão de manutenção em rodovias	(13.503)	(31.488)	(6.948)	(11.927)
Custos de serviços da construção	(92.133)	(206.486)	(88.264)	(235.807)
Depreciação / Amortização	(10.129)	(25.624)	(7.923)	(21.911)
Amortização da Outorga	(13.176)	(39.529)	(13.177)	(39.121)
Outros	(41)	(134)	(385)	(456)
Total	(159.468)	(398.407)	(144.134)	(387.349)

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	(3.584)	(10.348)	(2.104)	(5.592)
Serviços de terceiros	(466)	(1.461)	(433)	(1.333)
Manutenção de bens e conservação	(422)	(1.289)	(268)	(855)
Consumo	(647)	(1.991)	(594)	(1.512)
Transportes	(13)	(46)	(18)	(105)
Seguros/Garantias	(10)	(31)	(36)	(45)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(163)	(394)	(100)	(138)
Comunicação e marketing	(115)	(309)	(42)	(151)
Publicações legais	(18)	(264)	(2)	(180)
Depreciação / Amortização	(58)	(169)	(16)	(44)
Outros	(159)	(441)	(131)	(438)
Total	(5.655)	(16.743)	(3.744)	(10.393)

Notas Explicativas

23. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	3.014	6.605	1.917	1.636
Outras receitas	-	1	19	84
Total	<u>3.014</u>	<u>6.606</u>	<u>1.936</u>	<u>1.720</u>
	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(40.732)	(104.288)	(20.959)	(47.557)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(2.715)	(7.520)	(1.739)	(5.641)
Outras despesas	(1.585)	(3.922)	(1.046)	(2.935)
Total	<u>(45.032)</u>	<u>(115.730)</u>	<u>(23.744)</u>	<u>(56.133)</u>

Do total dos juros de financiamentos e debêntures incorridos em 30 de setembro de 2021 no valor de R\$138.268, o montante de R\$33.980 foi capitalizado (R\$58.788 e R\$11.231 em 30 de setembro de 2020) e reconhecido como adição de intangível na demonstração do fluxo de caixa de investimento.

24. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Informações suplementares

	30.09.2021	30.09.2020
Total das adições de intangível e intangível em andamento	245.946	225.211
Total das adições de imobilizado	69	22
Juros capitalizados - financiamentos	(31.746)	(9.497)
Juros capitalizados - debêntures	(2.234)	(1.734)
	<u>212.035</u>	<u>214.002</u>
Aquisição (adições)	(212.035)	(214.002)
Fornecedores	36.230	25.273
Obrigações fiscais	(1.128)	212
Contas a pagar - partes relacionadas	(2.107)	7
Cauções contratuais	(1.851)	2.654
Provisão para investimentos em rodovias	4.800	(22.725)
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e intangível em andamento	<u>(176.091)</u>	<u>(208.581)</u>
Fluxo de caixa imobilizado	(69)	(22)
Fluxo de caixa intangível	(176.022)	(208.559)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	<u>(176.091)</u>	<u>(208.581)</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de períodos anteriores menos valores a pagar no período, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	35.944	5.421
	<u>30.09.2021</u>	<u>30.09.2020</u>
Outras transações que não envolveram caixa:		
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	3.908	2.629

Notas Explicativas

25. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro do semestre.

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Lucro do período	835	8.214	19.173	56.414
Número de ações durante período (*)	1.397.785	1.397.785	1.390.014	1.390.014
Lucro por ação	<u>0,0006</u>	<u>0,0059</u>	<u>0,0138</u>	<u>0,0406</u>

(*) Vide cálculo referente a média ponderada do número de ações:

Evento	Data	Dias (evento e final do período)	%	Ações emitidas no ano	Saldo atual de ações	Média ponderada de ações
	31.12.2020		0,00%		1.397.784.793	1.397.784.793
	30.09.2021	273	0,00%	-	-	1.397.784.793
Média ponderada (em milhares)						<u>1.397.785</u>

Não há diferença entre o lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante os semestres findos em 30 de setembro de 2021 e de 2020, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	30.09.2021		31.12.2020	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	1	85.099	85.099	338.173	338.173
Aplicação financeira	Nível 2	1	8.932	8.932	20.699	20.699
Contas a receber clientes	Nível 2	2	32.827	32.827	27.579	27.579
Partes relacionadas ativas	Nível 2	2	69	69	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	135.739	135.739	13.317	13.317
Outros Créditos	Nível 2	2	558	558	188	188
			<u>263.224</u>	<u>263.224</u>	<u>399.956</u>	<u>399.956</u>
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	2	846.501	846.501	795.562	795.562
Partes relacionadas passivas	Nível 2	2	8.104	8.104	7.906	7.906
Debêntures (**)	Nível 2	1	403.941	389.275	390.356	382.159
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	50.170	50.170	40.947	40.947
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	1.264	1.264	1.251	1.251
Credores pela concessão	Nível 2	2	1.264	1.264	1.251	1.251
Outras contas a pagar	Nível 2	2	4.424	4.424	5.653	5.653
Arrendamento mercantil a pagar (CPC 06 (R2))(***)	Nível 2	2	14.214	14.214	17.266	17.266
			<u>1.329.882</u>	<u>1.315.216</u>	<u>1.260.192</u>	<u>1.251.995</u>

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

(**) Vide nota 13

(***) Não é escopo do CPC 48

Mensuração do valor justo

Notas Explicativas

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, da Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas são avaliadas pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis dos financiamentos sujeitos a taxa pós-fixada como IPCA aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis.

Já as debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

27. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de juros - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI, relativos a financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de setembro de 2021, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	8,50%	10,63%	12,75%

Notas Explicativas

Receita de aplicações financeiras	18.370	22.962	27.554
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>18.370</u>	<u>22.962</u>	<u>27.554</u>
IPCA	4,14%	5,18%	6,21%
Juros a incorrer - BNDES	(67.257)	(76.700)	(86.143)
Juros a incorrer - Debêntures	(33.300)	(37.646)	(41.991)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	<u>(100.557)</u>	<u>(114.346)</u>	<u>(128.134)</u>
Juros a incorrer líquido	<u>(82.187)</u>	<u>(91.384)</u>	<u>(100.580)</u>

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 01 de outubro de 2021, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade prevê interromper a prestação de serviços em casos de inadimplimentos.

Em 30 de setembro de 2021 a Sociedade apresenta valores a receber no montante de R\$29.960 das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar, Movemais, Veloe, Facillite e Greenpass, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registradas na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A sua controladora Arteris S/A gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (covenants) previstos em contratos de financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos

Notas Explicativas

passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2021	2022	2023	2024	2025 em diante	Total
BNDES Automático	14,99%	22.395	89.065	86.629	85.325	1.258.355	1.541.769
Arrendamento mercantil a pagar	8,42%	1.146	3.605	3.095	3.356	3.012	14.214
Debêntures - IPCA	12,31%	35.280	64.180	89.456	95.451	169.262	453.629
Fornecedores e cauções contratuais		50.170	-	-	-	-	50.170
Fornecedores partes relacionadas		4.196	-	-	-	-	4.196
Credores pela concessão		1.264	-	-	-	-	1.264
Outras contas a pagar		4.424	-	-	-	-	4.424
		<u>118.875</u>	<u>156.850</u>	<u>179.180</u>	<u>184.132</u>	<u>1.430.629</u>	<u>2.069.666</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01.10 a 31.12.2021	01.01 a 31.03.2022	01.04 a 30.06.2022	01.07 a 30.09.2022	Total
BNDES Automático	14,99%	22.395	22.262	22.549	22.406	89.612
Arrendamento mercantil a pagar	8,42%	1.146	1.160	989	721	4.016
Debêntures - IPCA	12,31%	35.280	-	39.247	-	74.527
Fornecedores e cauções contratuais		50.170	-	-	-	50.170
Fornecedores partes relacionadas		4.196	-	-	-	4.196
Credores pela concessão		1.264	-	-	-	1.264
Outras contas a pagar		4.424	-	-	-	4.424
		<u>118.875</u>	<u>23.422</u>	<u>62.785</u>	<u>23.127</u>	<u>228.209</u>

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

29. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e o pagamento do ônus fixo da concessão, quando aplicável.

Notas Explicativas

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a Sociedade mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de setembro de 2021, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	23.387
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	831.526

(*) Por sinistro.

Foram contratadas apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais, para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. Em 30 de setembro de 2021, o valor dessas garantias é de R\$26 proveniente de processos recursais do Tribunal Regional do Trabalho.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Via Paulista S.A.
Ribeirão Preto – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da Via Paulista S.A. (“Sociedade”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outro Assunto - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (“DVA”) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 10 de novembro de 2021.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/F

Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC 1SP293539/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Sociedade declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2021.

Ribeirão Preto, 10 de novembro de 2021.

Andre Giavina Bianchi
Diretor Presidente

Ricardo Tozzi Gerab
Diretor Superintendente

Simone Aparecida Borsato
Diretora Econômico Financeira
Diretora de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da ViaPaulista S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da KPMG Auditores Independentes.

Ribeirão Preto, 10 de novembro de 2021.

Andre Giavina Bianchi
Diretor Presidente

Ricardo Tozzi Gerab
Diretor Superintendente

Simone Aparecida Borsato
Diretora Econômico Financeira
Diretora de Relações com Investidores